

**SOBRE MATÉRIA DA REVISTA DE HISTÓRIA
DA BIBLIOTECA NACIONAL:
*Aleijadinho, o criador do Deus Brasileiro***

É oportuno analisar a matéria intitulada *Aleijadinho, o criador do Deus Brasileiro*, estampada no Revista n.º 51, de dezembro de 2009, da responsabilidade de Vivi Fernandes de Lima, pois quando lançaram a *Revista de História* (Julho de 2005) foi dito na *Carta do Editor*, assinada por Luciano Figueiredo, que a “A popularização do conhecimento da História, especialmente a do Brasil, exige trabalho editorial cuidadoso, para não se escorregar na simplificação, no sensacionalismo e na vulgarização. (...) Ainda mais porque não é a História acadêmica, emparedada e rançosa que se quer divulgar, e sim matérias simples, saborosas e instrutivas, que semeiam o conhecimento e estimulam a reflexão (...)”. A proposta não poderia ser melhor, sobretudo com a chancela da Biblioteca Nacional. Entretanto, escrever para o grande público não significa que os compromissos metodológicos da Ciência da História possam ser rompidos ou desprezados, pois a credibilidade advinda de um massudo (*emparedado e rançoso*), texto acadêmico, repleto de citações, referências e comprovações documentais, tem que ser a mesma de um texto simples destinado ao leitor não especialista e entendo que não seja tarefa fácil de ser realizada.

Farei algumas suposições introdutórias, admitindo que possa estar totalmente equivocado, embora, se estiver, o que tenho a dizer não será prejudicado.

Suponho que a *Revista de História* não segue o modelo de outras, que acolhem artigos de pessoas interessadas em publicar seus trabalhos. Parece-me que os assuntos são escolhidos, talvez pelo Conselho Editorial (composto de personalidades importantes) e, em seguida, alguém é convidado ou contratado (orientado?) para escrever sobre um determinado tema. Se essa suposição estiver razoavelmente correta, convidaram ou contrataram Vivi Fernandes de Lima para escrever sobre o *Aleijadinho*. Suponho também que a autora seja jornalista, conforme consta na *Internet* um homônimo.

Sobre o que tenho lido, relativo ao século XVIII das Minas Gerais, não tive a ocasião de encontrar o nome da referida autora com alguma obra sobre o tema em pauta. Admito estar completamente equivocado, pois que não li tudo o que existe. Então, suponho que a jornalista Fernandes Lima recebeu a incumbência de produzir uma espécie de reportagem historiográfica, pois assim me parece seu texto.

Quanto à forma, do ponto de vista de sua área profissional, nada tenho a declarar, até porque não devo me meter a gato mestre. A matéria deve estar de acordo com a melhor prática jornalística, tanto que passou pelo crivo do Conselho Editorial da revista. E assim como ela pôde fazer uma

reportagem sobre o Aleijadinho, poderia ter sido escalada, alhures, para fazer uma reportagem sobre energia nuclear, sobre o teorema de Fermat ou sobre Emérico Lobo de Mesquita. Contudo, do ponto de vista da História e da Historiografia há um ponto fundamental que merece considerações.

Na minha opinião a autora não deveria ter incluído na denominada *Fonte de inspiração e de pesquisa* o livro *O Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*, de Guiomar de Grammont, o qual ali figura como *Pilatos no Credo*, a não ser que quisesse abordar com propriedade o cerne do que ela chamou “divergências”, procedimento que ela não fez. Simulou superficialmente a existência de vozes antagônicas, o que é muito peculiar do jornalista que parece observar o mundo do alto das nuvens, sem tomar partido nos acontecimentos que ocorrem cá embaixo, seguindo o pressuposto da imparcialidade. Acontece que o texto foi produzido para uma revista de História, que também deveria ter seus pressupostos, entre os quais incluo por minha conta, já que não pertencem aos quadros da revista, o primado da narrativa confiável.

*

Podemos dizer que as chamadas divergências são de três espécies.

A primeira, cujas discussões estão em voga, não é do âmbito estrito da História. São metodologias que se servem da História somente enquanto se determinam os padrões comparativos. Feito isso segue o discurso baseado na autoridade dos especialistas. A proposta não é tão nova, porquanto José Mariano Filho, em 1945, asseverava ser o modo mais adequado para completar as lacunas geradas pela precariedade documental (Vide *Antônio Francisco Lisboa. Rio de Janeiro: 1945*). Talvez dissesse isso por ser uma pessoa que militava no campo da arte, tendo publicado várias obras importantes, além de ter sido diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

A autora Fernandes Lima começou seu texto abordando exatamente as divergências que ocorrem nesse campo, sem evidenciar, no entanto, que ao lado da competência dos peritos, existe um interesse de fundo direcionador que é o poderoso mercado de arte e a incipiente indústria do turismo. Assim, quando cita a frase de Betânia Veloso, coordenadora da restauração da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, de Nova Lima: — “Eu nunca soube de inscrições desse tipo na obra de Aleijadinho” —, a propósito de se ter encontrado as iniciais AFL no madeirame de um dos altares; logo vem a palavra da autoridade Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira: — “É preciso fazer um estudo apurado sobre essa marca, mas ela não me impressionou nem um pouco porque as letras são muito retas, não parecem ser do período colonial” — e mais adiante adverte: — “(...) é preciso muita prática para treinamento do olhar, o que só se consegue ao longo dos anos”.

*

Em seguida, Fernandes Lima entra nas divergências do âmbito da História, mas limitou-se a repetir o que já se escreveu, sem ressaltar que neste campo a palavra da autoridade não vale tanto.

Se o reconhecimento das obras já levanta dúvidas mesmo quando há escritos da época (1), a vida de Aleijadinho não fica atrás nesse universo de interrogações. A começar pela data de nascimento: seu batismo, realizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto, apresenta o ano de 1730, mas a certidão de óbito diz que foi em 1738. (2). A paternidade também destoa: é o nome de Manoel Francisco da Costa que aparece no batismo, e não o do arquiteto Manuel Francisco Lisboa, que é popularmente reconhecido como o pai. (3).

(1) Quando há escritos da época não há divergências. Quando há escritos autênticos que se opõem criam-se dúvidas temporárias até que com outros escritos as dúvidas possam ser resolvidas. Uma dúvida histórica nunca é dirimida pela palavra de uma autoridade, mas sim pelo embasamento das afirmações.

(2) O Aleijadinho não nasceu em 1730. Quem nasceu em 1730 (segundo a documentação citada) foi um Antônio, filho de uma escrava de nome Isabel, pertencente a Manoel Francisco da Costa. A certidão de óbito não diz que quem morreu nascera em 1738. Há uma certidão de óbito de um (há mais de um) Antônio Francisco Lisboa, falecido em 1814 com a inusitada informação de que tinha 76 anos. Daí 1738, isto é, $1814 - 76 = 1738$.

(3) A paternidade não destoa. Manoel Francisco da Costa não consta como pai, consta como dono da escrava Isabel e filho de escrava sem pai era filho natural, não necessariamente do dono da escrava. Manoel Francisco Lisboa, não é reconhecido popularmente como pai, mesmo porque, parece-me que o reconhecimento não é popular do tipo *dizem*, além de que reconhecimento popular não é critério de veracidade histórica. Manoel Francisco Lisboa passou a ser pai do Aleijadinho por obra e graça de Bretas.

Esses dados, que seriam fundamentais para qualificar a biografia escrita por Rodrigo José Ferreira Bretas como narrativa histórica, não se sustentam. Por isso dizemos que o Aleijadinho “nasceu” em 1854, fruto de uma criação ficcional. Contudo, a história oficial, — entendida como a narrativa que consolida uma tese enunciada pelos possuidores do poder hegemônico do sistema, mesmo que as premissas fundamentais da tese não tenham os devidos lastros que lhe possam garantir credibilidade indiscutível, — optou por atribuir à “biografia do Aleijadinho” o status de narrativa histórica, tentando fazer a posteriori o que Bretas não fez.

É neste ponto que poderia aparecer a obra de Guiomar de Grammont, não para fazer coincidências de frases soltas com outras frases soltas de Bazin ou de Mário de Andrade. Todo o esforço de Grammont foi demonstrar os mecanismos da criação de um mito. São suas palavras: — “Este é um esforço de propor uma crítica histórica, e o que mais importa é o processo de leitura e desconstrução de verdades estabelecidas, não as conclusões a que chegamos” (p.43). E, diga-se de passagem, seu livro não é narrativa histórica, nem poderia ser, porquanto os historiadores estão em recesso, pois não apareceram documentos

novos (antigos) que possam esclarecer a origem de Antônio Francisco Lisboa e dos homônimos, estes sim, pessoas reais que assinaram recibos ou foram mencionados em documentos do século XVIII. O Aleijadinho é invenção de Bretas que igualou sua personagem com uma figura real de nome Antônio Francisco Lisboa. Entendo que isso é a importância da obra de Grammont e por essa razão ela não deveria figurar numa lista de caudatários de Bretas, como se ela fosse mais um.

Não vou dizer que depois de Grammont a história vá mudar, uma vez que a lenda criada por Rodrigo José Ferreira Bretas, em 1854, está consolidada, graças ao competente esforço de seu bisneto (não neto) Rodrigo Melo Franco de Andrade. Grammont e alguns poucos outros incomodam, mas a tese do sistema sempre vence. Enquanto a história for escrita para sustentar interesses de fundo assim será.

Esses interesses variaram ao longo do tempo. Alguns podem ser até louváveis. Nada há de condenável quando o IHGB pretendia construir a *idéia de Nação*, após a Independência ocorrida em 1822. Não há por que se opor aos teóricos da República e logo em seguida ao Movimento Modernista que buscavam construir uma identidade nacional. Há outros interesses que se mantêm encobertos, direcionando a terceira espécie de divergência.

*

No texto de Fernandes Lima essa terceira espécie de divergência aparece nas palavras do Prefeito Ângelo Oswaldo como querelas de bastidores.

Na época da criação do Sphan, o texto de Bretas tornou-se alvo de questionamentos. Segundo o prefeito Ângelo Oswaldo, que chegou a dirigir o Iphan de 1985 a 1987, o primeiro “tiro” foi dado por um dos historiadores mineiros mais reconhecido em estudos sobre o período colonial: Augusto de Lima Júnior (1889-1970), que combatia as iniciativas de Melo Franco para o reconhecimento da importância histórica de Aleijadinho. “O desentendimento foi de natureza ideológica, com alguns traços de personalismo por parte de Lima Junior. Ele gostaria de ter sido diretor do Iphan. Por isso começou a atribuir a valorização de Aleijadinho a uma mera arrogância de Melo Franco, que queria valorizar a memória do avô, Rodrigo Bretas. Mas Melo Franco foi um homem de profunda acuidade na leitura de obras de arte e documentação histórica”.

Augusto de Lima Júnior foi também caudatário de Bretas até determinado momento. Não tenho elementos para dizer que a certa altura de seus estudos tenha chegado a outras conclusões. É uma hipótese plausível e passível de acontecer com qualquer intelectual. (Vide *O Papa de Hitler*, de John Cornwell). Fato é que a obra contestatória de Lima Júnior tornou-se oposta ao empreendimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, chegando a criar a *Revista de História e Arte* para estabelecer o contraditório com as versões oficiais do *Patrimônio*. Mas assim como Ângelo Oswaldo explica a posição de Lima Júnior por não ter conseguido ser diretor do SPHAN, Lima Júnior explicava com ironia a posição de Melo Franco de Andrade, que se tratava de uma *tese de família*, pois, de fato, o texto de Bretas carece de lastro documental.

O busílis das divergências, seja de que espécie for, é quando o legítimo interesse de fundo ultrapassa seus limites e induz o historiador ou pesquisador a fazer concessões, a criar inverdades e até mesmo a praticar atos de reprovável desonestidade e digo, nessa divergência, há inúmeros exemplos.

*

Dito isso o que se depreende do texto de Fernandes Lima foi o fato de não ter começado do início que seria os *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais tarde (sic) conhecido pelo apelido de Aleijadinho*, assinada por Rodrigo José Ferreira Bretas (1814-1866), em 1858.

A biografia escrita por Bretas não foi uma tentativa de responder a questões divergentes, pois não havia questões divergentes a ser respondidas. A biografia, de Bretas, foi a origem do Aleijadinho e das questões divergentes. Diga-se de passagem, o título citado pela autora da matéria tem a palavra “tarde”, que não consta do texto original.

Não fosse Bretas, provavelmente, hoje, Fernandes Lima estaria escrevendo uma reportagem historiográfica sobre um Antônio Francisco Lisboa que assinou recibos e é mencionado em vários documentos eclesiásticos do século XVIII. Poderia ser negro, mulato nativo ou português. Ninguém sabe e parece que não se quer saber, pois qualquer novidade que indica outra direção deve ser abafada para não estragar a lenda do Aleijadinho.

Então, gastar tempo escrevendo sobre diagnósticos da doença do Aleijadinho, por que morreu pobre, se era possível produzir tanto ou como se movia de um lugar para outro são indagações que o próprio Bretas já respondera. Alguma coisa da sua história tem que ser verdadeira como em qualquer ficção. O corcunda sineiro Quasimodo badalava os sinos de Notre Dame. A catedral é verdadeira, está em Paris.

Quanto ao reconhecimento da importância do Aleijadinho, as queixas de Mário de Andrade podem proceder na sua época, início do século XX. No século XVIII não se reconhecia ninguém, fosse branco, negro, mulato, português ou nativo. Basta que se leiam os documentos da época para verificar que a figura do que hoje chamamos artista só aparece como artífices fazedores mandados. As motivações eram outras e não existia o mercado de arte nem a indústria do turismo.

Hoje, o reconhecimento do Aleijadinho é total, vitorioso triunfal e oficial a não ser para um pequeno contingente de estudiosos (como Grammont), cujas teses podem ser robustas, mas insuficientes para fazer eco no senso comum. No futuro, pode ser que havendo outros interesses diferentes dos atuais, a história seja re-escrita.

20 de março de 2010.